

ALVALADE

Junta de Freguesia

Exmo. Senhor Presidente
Dr. José António Borges

Informação n.º
INF66/SDS/2020

Data
24/06/2020

Assunto: Pedido de atribuição de apoio financeiro no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares

Informação

No dia 28 de maio de 2020, a freguesia contactou o serviço solicitando informação sobre eventuais apoios que a junta tivesse, em virtude de estar numa situação de vulnerabilidade económica devido a ter um agregado familiar grande, com baixos rendimentos e a ter tido acréscimo de gastos devido ao estado de pandemia.

Trata-se de um agregado familiar de seis pessoas, casal e quatro filhos menores, de 7anos, 9anos, 12 anos e 15 anos. A mãe, e titular do processo tem uma deficiência auditiva, não trabalhando há cerca de três anos. Os rendimentos do agregado é o rendimento de trabalho do companheiro como porteiro, a sua prestação social de inclusão e os abonos de família. Vivem em casa de familiares, pagando as despesas de manutenção (água e luz).

A situação de carência económica resulta do facto do agregado ter tido um acréscimo de despesas com o facto dos menores estarem em casa devido a quarentena associada ao fecho das escolas.

O agregado familiar não tem processo na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa .

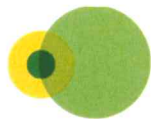
Despacho

Autorizo nos termos propostos.

Notifique-se.

Submeta-se à próxima reunião de executivo para ratificação.

José António Borges
29.06.2020



ALVALADE

Junta de Freguesia

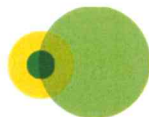
Foi pedido ao agregado familiar documentos para avaliação socioeconómico, tendo enviado os primeiros documentos a 01.06. Foi solicitado os restantes documentos, tendo sido agendado atendimento social para dia 17.06, entretanto desmarcado e remarcado para dia 23.06, altura em que entregou todos os documentos.

O contrato de delegação de competências (CDC) da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares foi assinado a 13 de novembro de 2018.

A 09 de Abril de 2020, foi outorgada adenda ao CDC acima mencionado, tendo sido delegada na Junta de Freguesia de Alvalade a competência para executar o regime extraordinário de apoio aos agregados familiares, no âmbito da pandemia de COVID 19;

De harmonia com o disposto no regime extraordinário de apoio aos agregados familiares, no âmbito da pandemia COVID 19, têm direito a pedir este apoio extraordinário os agregados familiares em situação de emergência habitacional grave ou em situação de carência económica emergente, residentes em Lisboa, que tenham sofrido uma redução anormal dos rendimentos ou agravamento significativo dos encargos suportados, devido a uma redução anormal dos rendimentos ou agravamento significativo dos encargos suportados, devido à situação de emergência que o país atravessa e que resulte de:

- a) Quarentena ou isolamento profilático;
- b) Despedimento e/ou ausência de subsídio de desemprego;
- c) Diminuição de rendimentos provenientes de prestações sociais, atraso/suspensão de rendimentos de trabalho;
- d) Outra circunstância que degrade substancialmente a sua capacidade de sobrevivência;



ALVALADE

Junta de Freguesia

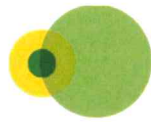
Foi criado o Processo nº 51/2020, instruído com informação social, requerimento de pedido de atribuição de apoio financeiro no âmbito do Fundo de Emergência Social (FES) – COVID- 19 respetiva documentação de comprovação das declarações prestadas. O referido processo foi analisado no sentido de enquadramento no FES Regime Extraordinário- COVID-19.

Considerando que:

- I. A situação enquadra-se na alínea c) da 4ª regra (Condições de Acesso) do Contrato de Delegação de Competências no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares- COVID-19, aprovado pela deliberação nº 78/AML/2020, que refere que têm direito ao apoio *“os agregados familiares residentes em Lisboa que estejam c) em situação de carência económica emergente (...)”*;
- II. Igualmente, cumpre as condições de acesso do regime excecional, tais como as c) e d) e o seu *“rendimento mensal per capita é inferior a 70% da Remuneração Mínima Mensal Garantida em vigor (Salário Mínimo Nacional) ou seja < de € 444,50.*
- III. A informação social do Processo 51/2020 apresenta o parecer técnico de atribuição do apoio financeiro no âmbito do FES- COVID ;
- IV. O agregado familiar – composto por seis pessoas, encontra-se em situação socioeconómica vulnerável;

Propõe-se:

- I. A atribuição do apoio excecional e temporário a agregados familiares carenciados no montante total de **€234.09** (duzentos e trinta e quatro euros e nove



ALVALADE

Junta de Freguesia

cêntimos), para comparticipação de 3 meses de água e luz, de forma a que o agregado familiar possa estabilizar do ponto de vista económico.

- I. O apoio será pago numa única prestação, conforme parecer técnico da informação social do processo 51/2020, com entrega de recibo comprovativo após o pagamento da mesma. O referido apoio financeiro por parte da Junta de Freguesia de Alvalade encontra cobertura orçamental na rubrica 04.07.03, da orgânica 08.00.00, do orçamento em vigor, conforme declaração de cabimento e mapa de fundos disponíveis, que se anexa;

À consideração superior.

A Técnica Superior

Paula Seno



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DEPARTAMENTO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Regime extraordinário de apoios aos agregados familiares no âmbito da pandemia de COVID 19

1 - REQUERENTE:	Processo 51/2020
2 - NÚMERO TOTAL DE ELEMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR	6
Somatório do grupo de indivíduos, vinculados por relações jurídicas familiares, que vivem em comunhão de mesa e habitação com o requerente e em economia familiar com o mesmo	
3 - RENDIMENTO MONETÁRIO LÍQUIDO MENSAL	1 444,98 €
Somatório dos rendimentos obtidos pelo agregado familiar, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social	
4 - SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL	635,00 €
Decreto -Lei n.º 167/2019, de 21 de Novembro	
5 - RENDIMENTO PER CAPITA MENSAL	240,83 €
Rendimento per capita mensal = $\frac{\text{Rendimento Monetário Líquido (Mensal)}}{\text{N.º de elementos do agregado}}$	

PEDIDO ELEGÍVEL, SE RESULTADO DO RENDIMENTO PER CAPITA MENSAL FOR IGUAL OU INFERIOR A 70% DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL, OU SEJA, $\leq 444,50\text{€}$ (Limite máximo do apoio até 1.000,00 €)

PEDIDO NÃO ELEGÍVEL, SE O RESULTADO DO RENDIMENTO PER CAPITA MENSAL FOR SUPERIOR A 70% DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL, OU SEJA, $> 444,50\text{€}$

PEDIDO ELEGÍVEL, INDEPENDENTEMENTE DO RESULTADO DO RENDIMENTO PER CAPITA MENSAL Em casos excepcionais, devidamente justificados, designadamente quando estiver em causa a subsistência de menores, idosos ou cidadãos com incapacidade temporária ou definitiva igual ou superior a 60% cuja carência económica seja do conhecimento oficioso da Freguesia, devendo aquele limitar-se ao estritamente necessário (Limite máximo do apoio até 3.000,00 €)